

# É preciso combater as desigualdades

24 NOV 2006

Paulo Palm,  
senador

ESTUDOS RECENTES de diversas instituições comprovam que no Brasil os negros são os mais excluídos. Embora os dados demonstrem ligeiras melhoras na redução das desigualdades, é importante reiterar que estamos muito aquém do desejado.

O IBGE nos diz que um trabalhador branco recebia em setembro deste ano R\$ 1.292, ou 95,7% a mais que os R\$ 660 ganhos por pretos e pardos. A OIT aponta que de 1992 a 2005, o crescimento da ocupação das pessoas brancas foi de 13,1% enquanto a das negras ficou em 5,9%. Esses são alguns números que comprovam a realidade do país.

Mas afinal, é esse o Brasil que queremos? Um país onde as desi-

JORNAL DO BRASIL

gualdades imperam? Ou buscamos construir uma sociedade miscigenada sim, mas que respeita as diversidades?

Diante deste quadro é oportuno perguntarmos por que a Câmara dos Deputados engavetou projeto de nossa autoria que cria o Estatuto da Igualdade Racial. Este projeto foi amplamente debatido com a sociedade por mais de 10 anos e, em novembro de 2005, aprovado por unanimidade pelo Senado Federal e logo em seguida encaminhado àquela Casa.

O Estatuto da Igualdade Racial estabelece no seu capítulo VII que serão implementadas políticas voltadas para a inclusão de afro-brasileiros no mercado de trabalho, como por exemplo, den-

tre outras, ações de emprego por meio de financiamento para a constituição e ampliação de pequenas e médias empresas e programas de geração de renda.

Mas o projeto vai além. É mais abrangente. Ele responde por políticas públicas de combate às desigualdades em diversas áreas. Garante moradia e terra aos remanescentes de quilombos. Oferece mais oportunidades às mulheres e aos jovens afro-brasileiros – que são as maiores vítimas de assassinatos. Garante às vítimas de discriminação racial o acesso gratuito às ouvidorias nas três esferas de governo, à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário. O sistema de cotas cria oportunidades para os discrimina-

dos por raça e/ou cor em diversos setores, tais como universidades, trabalho e partidos políticos.

Está disposto em seus artigos que a disciplina “História Geral da África e do Negro no Brasil” será obrigatória no currículo dos ensinos fundamental e médio, fortalecendo a Lei 10.639/03. Caberá aos Estados, municípios e instituições privadas de ensino a responsabilidade de qualificar os professores.

É comum ouvirmos falar que no Brasil não existe mais discriminação e preconceito racial. Não ser racista é mais que ter amigos negros e aceitar sua cultura. Ser livre de preconceitos é acreditar que todos devem ter oportunidades iguais, independentemente de cor, raça, sexo ou etnia.